

CRIANÇAS EM ANÁLISE? O LUGAR DA CRIANÇA NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO¹

Hítala Maria Campos Gomes²

RESUMO: A infância só é nomeada como uma etapa da vida a partir da ciência moderna e da revolução francesa, e é no final do século XIX que a psicologia surge e transforma a criança em um objeto científico. Com isso, o sintoma da criança passa a ser pensado a partir da verdade do casal familiar. É fato que a criança cresce e se desenvolve permeada pela linguagem, pelas questões e conflitos familiares, e pelas contingências sociais, que podem desencadear neuroses e sintomas. Porém, ao contrário de outras práticas, a psicanálise não se contenta em pensar a criança e apenas como efeito da relação familiar, pelo contrário, enquanto sujeitos, eles são tomados como responsáveis por aquilo que os determina. Assim, a criança ganha um espaço de escuta e voz na psicanálise, ao tentar encontrar para estes sintomas um ponto de maior estabilidade, seja por um esforço de enunciação ou de invenção. Este artigo, fruto do Grupo de Estudos e Pesquisa: “Psicanálise com crianças e adolescentes na contemporaneidade”, visa demonstrar o lugar que a criança ocupa na psicanálise, bem como a importância da sua participação no seu tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise com crianças; responsabilização da criança; lugar da criança; tratamento de crianças.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um Grupo de Estudos e Pesquisa, realizado durante o ano de 2017, na faculdade Multivix em Cariacica - ES.

Desde a graduação tive grande contato e interesse pela psicanálise e a clínica, e uma enriquecedora experiência no atendimento a crianças com dificuldades escolares. Fato que se manteve na minha experiência clínica após a minha formação. Diante de poucos recursos, e das limitações – tanto no âmbito escolar quanto na ausência dos familiares nos atendimentos – era preciso caminhar com o que se tinha, e tentar dar o “apoio” necessário à criança para que ela também conseguisse caminhar com as próprias pernas. Com o tempo, e com a prática profissional, percebi que apostar na criança era fundamental para o tratamento, e fazia toda a diferença, já que ela responderia por si só, tendo que participar do tratamento por uma implicação e responsabilização do que estava acontecendo, independente da participação familiar. Não que a família não possa contribuir para o desenvolvimento do tratamento, contudo, por vezes a psicologia ao tomar a criança como efeito de algo que acontece na relação familiar, acaba deixando de lado a criança em prol do atendimento aos pais. Sendo que na maioria das vezes, há também um grande sofrimento por parte das crianças e uma necessidade de se falar sobre isso. E é na psicanálise Lacaniana que encontro a fundamentação teórica necessária, uma vez que o que é dito pela criança nem sempre será tão claro e tão elaborado, e sim de acordo com o que consegue desenvolver em determinada idade, cabe também ao analista conseguir escutar esse apelo e essa angústia, possibilitando, então, uma reinvenção deste sofrimento.

¹ Trabalho desenvolvido a partir do Grupo de Estudos e Pesquisa “Psicanálise com crianças e adolescentes na contemporaneidade”, realizado durante o ano de 2017, na Faculdade Multivix (Cariacica/ES).

² Psicóloga Especialista em Psicologia Clínica e da Família, Psicanalista, Professora do departamento de Psicologia da Faculdade Multivix (Cariacica/ES e Vila Velha/ES), coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Psicanálise com crianças e adolescentes na contemporaneidade”.

Surgem assim algumas questões: Como a participação da criança no tratamento psicanalítico pode influenciar na melhora dos seus sintomas? Devemos pensar que o sintoma da criança é fruto da verdade do casal familiar, ou a criança também é responsável por seu sintoma e por seu tratamento?

A criança cresce e se desenvolve permeada pela linguagem, pelas questões e conflitos familiares, e pelas contingências sociais. É, pois, o Outro que transforma o grito da necessidade em apelo e que o articula a uma demanda. (Chora? Está com fome? Que queres?)

Este Outro é a cultura, responsável pela inserção do sujeito na linguagem. Geralmente, são os pais que inicialmente ocupam esta função de *Outro*, e que irão escutar este chamado do bebê como um apelo, uma demanda. Porém, existem sujeitos que não consentirão à demanda do Outro, é a recusa primordial. Tal fato ocorre por exemplo, quando o bebê se recusa ao seio, a alimentação.

Ao longo de toda sua obra, Freud, já reserva um lugar diferenciado para as crianças. Ele dá a devida importância aos fatos ocorridos na infância para o desenvolvimento das neuroses, mas também chega a trabalhar alguns casos de neurose que ocorrem na infância. Além disso, ele retira o estatuto de inocência da criança ao apontar para uma sexualidade polimorfa ainda nos primeiros anos de vida, o que ficará claro em 1905, na sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

De acordo com Lacadée (2014), Freud já apontava em 1914 para o “quarto da criança” como o espaço em que a presença do Outro parental marca sua formação enquanto sujeito, mas insiste na responsabilidade que cabe a cada criança. Ela cria seu espaço e apreende seu corpo como objeto de gozo, mas também pode querer se isolar e colocar-se como objeto rejeitado.

Surgem, portanto, alguns impasses a partir da relação desta criança com o Outro, que irão desencadear traumas, sintomas, neuroses, psicoses.

Fora do campo lacaniano há uma interpretação de que as neuroses são provocadas pela estrutura familiar, pelas deficiências orgânicas ou cognitivas, de fatos ocorridos na sociedade, enfim, a causa está sempre numa outra pessoa.

Porém, quando a psicanálise pensa a criança enquanto um sujeito, ela se torna unicamente responsável pelo que fazer com aquilo que a determina. Caso contrário, se a criança é pensada apenas como produto do que fizeram seus pais, a análise caberia aos pais e não a elas. (SAURET, 1998)

De acordo com Sauret (1998, p.30) “Não se trata de negar a existência de determinantes como organismo, a sociedade, a história, etc. [...] O sujeito é unicamente responsável pelo que ele faz de seus determinantes”.

Desse modo, Lacan (1985) pensa o sujeito enquanto uma resposta do real ao encontro do significante, e tal resposta pode ser feita de consentimento ou de recusa. Com isso, ele retira os pais de uma culpa absoluta no sintoma da criança, e passa a responsabilizá-la por sua estrutura.

Ao pensar a criança enquanto um sujeito responsável, a psicanálise depois de Lacan introduz a categoria de gozo, fato que certa psicanálise e a psicologia deixaram forcluído.

Calcular seu ato pelo gozo introduz a questão da ética: isso supõe

certamente o desejo do analista, isto é, pôr em funcionamento um lugar onde o analista possa acolher a criança sem gozar às suas custas, mesmo quando esta última se oferece a esse gozo. (SAURET,1998, p.42)

Sauret (1998, p.43), critica ainda, uma vertente “contra a psicanálise” que justifica o uso de jogos, desenhos e outros acessórios no atendimento de crianças, tentando demonstrar, que a análise vai além de qualquer prática educativa, pedagógica ou psicológica. No entanto, mesmo com o adulto é preciso criar condições para que a análise aconteça, e se for necessária certa audácia para que isto seja possível com as crianças, é preciso ousar. Trata-se, pois, do ato do analista, que é justamente o que confere o estilo de Lacan. O que se visa na psicanálise é a restauração/instauração da capacidade de ato do analisante, “[...] no fundo, o que a análise visa mais explicitamente: trocar ‘a inocência’ da criança pela responsabilidade que a capacidade de ato lhe confere”.

Tal constatação faz com que a psicanálise não precise de divisão (psicanálise para crianças ou psicanálise para adultos), basta falar em psicanálise, o que permite uma aposta política. Isto não exclui o fato de que o analista terá que se preparar para conseguir escutar as peculiaridades e especificidades de cada caso, assim, ele também poderá fazer uso de alguns recursos na escuta de uma criança (jogos, desenhos, brinquedos, etc.), da mesma forma que na escuta de um adulto precisará criar as condições necessárias para a análise.

Embora exista uma tendência a acreditar que uma criança é de determinada maneira pelo tipo de mãe ou tipo de pai que ela tenha, ao pensa-la como um sujeito, trata-se de um conjunto de participantes, onde cada um é diferente do outro, e mais ainda, o que se tem de mais particular de seu gozo, é um enigma até mesmo para o sujeito. (SAURET,1998)

Desta maneira, este trabalho torna-se muito importante para a prática clínica com crianças, pois possibilita um espaço de escuta ao seu sofrimento e a sua angústia, dando lugar e voz a este sujeito. A criança deixa de ser apenas uma consequência de seus pais, ou do seu meio, e passa a ser vista também, como um sujeito que é responsável pelo que a determina e que precisa estar implicado no tratamento.

Deste modo, o trabalho tem por objetivo investigar, a partir da psicanálise lacaniana, a responsabilidade que a criança tem enquanto sujeito pelo seu sintoma, bem como analisar a importância e o papel da criança no seu tratamento. Para tanto foi realizado uma pesquisa bibliográfica.

Por ser um tema que mesmo na psicanálise é ainda delicado de se discutir, o ponto de partida foi a concepção de sujeito proposta por Lacan e os fundamentos do tratamento psicanalítico, a fim de possibilitar novos estudos e, também, uma aplicação clínica.

Isto posto, o trabalho foi dividido em duas partes importantes: a primeira leva o título de *O sujeito Lacaniano*, e trata-se da subversão da noção de sujeito feita por Lacan. Tal definição não ganha mais uma conotação ligada à subjetividade e à interioridade, o sujeito para Lacan não tem uma consistência psicológica, tampouco é substância individual. O sujeito do inconsciente é efeito da divisão própria ao funcionamento da linguagem; já a segunda parte, foi intitulada *O lugar da criança*. Desde sua descoberta do inconsciente e do desenvolvimento da psicanálise, Freud já apontava para a importância dos fatos ocorridos na infância para o desvelamento dos sintomas. Além disso, ele confere uma sexualidade presente desde muito cedo na infância, jamais imaginada anteriormente e fundamental para a mudança do estatuto da criança. Mas,

é a partir da subversão do sujeito proposta por Lacan, que a criança pode ocupar na clínica atual um lugar diferenciado, não somente um sintoma dos pais, mas também um sujeito de implicações e responsabilidades, ou seja, a criança desde muito cedo é capaz de fazer escolhas que irão guiar a sua vida, e quando o analista é capaz de dar uma escuta a isto, esta criança é capaz de participar ativamente do tratamento, dando uma nova significação para os seus sintomas.

Com isto, o trabalho é de grande valia para a prática clínica, ao dar um lugar de destaque e importância para a criança no seu tratamento. Não há problemas em orientar o tratamento para os pais e familiares, desde que não se esqueça que a criança é “suposto sujeito”.

I - O SUJEITO LACANIANO

Ao longo de seu ensino, Lacan, faz uma crítica à noção de *ser* proposta pela filosofia, por não achar suficiente para se chegar ao real, e na tentativa de sair da ilusão metafísica, surge uma brecha para a convocação do Sujeito.

Diz Lacan (1985b, p.160): “Esse ser, não se faz senão supô-lo a algumas palavras – indivíduo, por exemplo, ou substância [...]”.

Mesmo num momento em que tal conceito estava associado a devaneios desacreditados, ou seja, a noção de sujeito estava associada a uma substância, ao subjetivo, ou ainda estava em contraposição ao objeto demonstrando certa dualidade, Lacan (1985b), insiste em mantê-lo, porém, com um acento diferente.

Ele rejeita uma visão da *psique* assimilada à subjetividade e interioridade do sujeito que se opõe ao corpo enquanto exterioridade, e assim, ele rejeita também o sujeito da psicologia enquanto uma unidade de representações. O erro da psicologia seria ter tomado o fenômeno da consciência como unitário.

Além disso, ele considera que a dimensão filosófica seria insuficiente para permanecer na direção do sujeito, por não ter definido o inconsciente. Ao contrário, a perspectiva filosófica sobre o conceito de sujeito se baseia num sujeito pensante, sujeito da consciência.

Nesse sentido, Lacan (1985b) constitui o sujeito como negação da própria substância e do ser, ele não tem uma consistência psicológica e tampouco é uma substância individual. Ele, ainda, escapa a qualquer definição topológica ou lógica.

Portanto, a dificuldade em se falar de um sujeito do inconsciente foi uma das principais razões que fizeram com que Lacan sentisse a necessidade de elaborar uma nova teoria.

Partindo da noção freudiana de sujeito do inconsciente, Lacan, desaloja o sujeito pensante de seu lugar e faz uma subversão deste. (COTTET, 1989)

O inconsciente é definido por Lacan (1985a) por pensamentos e não por representações imperceptíveis ou forças obscuras, e com isso, ele se funda na certeza ao invés de se fundar na subjetividade. É em Descartes que se apoia para falar desse sujeito da certeza – que se reconhece como certeza a partir da dúvida – enquanto pressuposto do inconsciente.

Ele faz, ainda, um reordenamento da obra de Freud, e reinterpreta o inconsciente freudiano, introduzindo, assim, o inconsciente como sujeito.

De acordo com Miller (1997b, p.23), “Lacan optou por enfatizar o inconsciente como sujeito, um sujeito que não tem substância, que é um tropeço, já que algo não se encaixa, mas se expande para preencher o próprio desejo”.

Dessa maneira, o sujeito não é um dado primitivo, mas é sempre um efeito. O sujeito do inconsciente é efeito da divisão própria ao funcionamento da linguagem, não preexiste a ela, nem é causado por si próprio: “O que é propriamente chamado sujeito é um efeito, o produto de uma montagem significante: portanto é realmente a própria estrutura que torna necessários o uso e a subversão do conceito de sujeito”. (COTTET, 1989, p.15).

Sendo o inconsciente efeito da fala sobre o sujeito, como consequência, Lacan (1985a, p.142) dirá que “[...] o inconsciente é estruturado como uma linguagem”.

Desse modo, dizer que o inconsciente é estruturado como linguagem só tem sentido diante de uma condição: o inconsciente é real. O real aparece, no Seminário 11 do Lacan (1985a), como aquilo que é evitado e que não se encontra em ordem.

Assim, o inconsciente para ele é o corte em ato entre o sujeito (pressuposto do inconsciente) e o Outro.

Este sujeito é, então, considerado dividido, barrado. Tal divisão, ocorre pela linguagem e é marcada pelo desejo do Outro junto à incidência significante (Alienação). Ou, ainda, pela pulsão sexual enquanto limite da possibilidade de satisfação (Separação). De toda forma, só se é sujeito pelo assujeitamento ao campo do Outro. (COTTET, 1989)

Portanto, a constituição do sujeito decorre de uma dupla castração: uma linguística e outra corporal, que são evidenciadas por Lacan através das operações de alienação e separação.

O sujeito é definido e conhecido no lugar do Outro, e não como uma consciência de si. Ele se conhece por meio dos outros e não por si próprio.

Fato que ocorre mesmo antes da criança nascer, quando esta já ocupa um lugar enquanto sujeito para alguém. Já é inserida num contexto, ou numa história, definida pelo desejo desse Outro e dos deslizamentos significantes. (LACAN, 1998)

II - O LUGAR DA CRIANÇA

O modelo de família e a forma de lidar com a construção do sujeito e sua subjetividade vem sendo modificados ao longo dos anos. Até o século XVII, a família não existia como um sentimento ou valor, era mais uma realidade moral e social, e a partir desse momento, muitas transformações ocorreram. Segundo Ariès (1981, p.162):

É entre os moralistas e educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância [...] que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral.

Mesmo já existindo esta diferenciação entre criança e adultos desde o século XIII, o século XVII se torna um marco decisivo, pois é neste momento que a criança se torna o centro de composições (na pintura, na iconografia), aparecendo nas pinturas agora sozinhas, e até mesmo nuas. No final do século XVIII, a família se fecha, se individualiza, e assume uma função moral. Além disso, surge também uma identidade, os membros da família se unem pelo sentimento, costume e o gênero de vida. (ARIÈS, 1981)

É ainda no final deste século que aparece a ação da medicina doméstica, conferindo à mulher um novo poder. As funções maternas ganham maior importância, e diminuem as influências externas na criação dos filhos, assim, a mãe transforma-se numa educadora. Nesse momento, a medicina aparece como uma forma preventiva. (DONZELOT, 1986)

Nas famílias burguesas, os médicos alertam a respeito da educação “errônea” ao deixar os filhos no internato, ou sujeitá-los a programas excessivos, e no final do século XIX se inicia uma educação mista, familiar e escolar. Nas famílias pobres ocorreu o inverso, muitas crianças foram abandonadas em hospícios para menores. Deste modo, eram submetidas, basicamente, a muitas horas de trabalho e a poucas horas de uma instrução muito precária. Não era interessante que se “aprendesse a pensar”, pois isso poderia fazer com que os indivíduos questionassem a ordem vigente. Era apenas importante que “aprendessem a trabalhar” para que a produção industrial aumentasse. (DONZELOT, 1986)

A escola aparece neste contexto como uma solução possível, prudente, barata e preventiva, contra as resistências individuais e coletivas para com as novas condições de vida e de trabalho. (ARIÈS, 1981)

Nos séculos XVIII e XIX a escolaridade aumentou sua duração, junto com as exigências disciplinares rigorosas. Nesse período, a educação também se torna possível às mulheres. Surge, contudo, um ensino duplo, que faz distinção de acordo com a condição social: de um lado escolas para os burgueses e de outro, escolas para o povo. O acesso ao saber se torna exclusividade da escola e só é considerado legítimo se obtido nesta instituição. (ARIÈS, 1981)

Com o passar dos anos e as transformações sociais, em especial causadas pela ética do consumo, que difunde na cultura a promessa de que tudo é permitido, o estudo passa a ser guiado pelo imperativo capitalista, estudando-se para garantir a entrada numa universidade, deixando a educação de se constituir como um princípio em que o homem transmitia socialmente sua singularidade, estando então, relacionada à transmissão dos valores de uma sociedade. (COHEN, 2006)

Existe, portanto, neste sujeito da modernidade, uma preocupação com a conduta moral, cuja transgressão implicará em castigo, as ações morais muitas vezes serão julgadas, e a escola em alguns momentos, irá facilitar e moldar esse sujeito. Assim, não é possível se pensar em escola e educação desvinculadas da sociedade e da política, já que os governos atuais exercem uma política dita democrática em que a força de mercado globalizado rege a vida das pessoas, implicando também, na educação. (COHEN, 2006)

Dessa maneira, com o capitalismo, a infância passou a se situar numa nova posição social, a criança passa a ser coadjuvante dos pais, já que pelo trabalho escolar elas se preparam para assumir seu futuro lugar de trabalhador e cidadão.

Além disso, é possível notar fortemente a presença de uma política segregacionista e reducionista nas instituições de ensino, um exemplo é o convite que a escola faz ao aluno que não passa de ano de se retirar da escola, favorecida pela convivência dos pais. Tais políticas passam a ser justificadas até mesmo cientificamente, por meio de explicações que se esgotam no plano das diferenças individuais de capacidade. (PATTO, 1997)

Muitas vezes, as práticas e os processos escolares que dificultam a aprendizagem não são levados em consideração, tendendo a produzir nos alunos atitudes e comportamentos que os rotulam como “indisciplinados”, “bagunceiros”, “burros”,

“hiperativos”, “agressivos”, e/ou “com alguma deficiência mental”. Estas atitudes têm sido colocadas como legitimidade. Classificam-se as crianças para fins de inclusão ou exclusão na escola, no entanto, tal fato, acaba por tornar verdadeiro o que seria útil e prático para a própria escola. Afinal, é mais fácil achar um culpado, e que este culpado seja sempre o outro. Nem mesmo a psicologia escapa deste cientificismo que coloca o sujeito como “coisa”, “objeto”, já que com seus testes e laudos, muitas vezes, apenas reduzem estes sujeitos, criando estigmas e excluindo. (PATTO, 1997)

A psicanálise permite novas possibilidades de escuta e acolhimento para as crianças e para os novos sintomas que surgem na sociedade atual. O lugar ocupado pelas crianças ao longo da história da psicanálise também foi se modificando, o que significa que ela esteve presente desde o início da descoberta psicanalítica por Freud.

Temas relacionados à infância e à prática psicanalítica com as crianças se encontram ao longo de toda obra freudiana. No primeiro volume das suas Obras Completas, Freud (1888) já apontava que não é raro a histeria nas crianças e que é possível notar nelas os mesmos sintomas que nos adultos. Além disso, ele já reconhece que os impulsos sexuais da tenra infância têm um papel importante no desenvolvimento das neuroses.

Em 1900 Freud dirá que os desejos sexuais de uma criança despertam muito cedo, e mesmo numa tenra idade a preferência sexual já surge e se faz sentir. Neste sentido, os pais ocuparão este lugar de primeiro amor.

Apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro, figura entre os componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época e que é tão importante na determinação dos sintomas da neurose posterior. (FREUD, 1900, p.287)

Mas é em 1905 em seu texto *Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade* que Freud faz uma virada no lugar que a criança deve ocupar na psicanálise. Ele aponta com clareza que as crianças de 3 a 5 anos já são capazes de uma escolha objetal com afetos intensos, mais do que isto, fala em uma disposição sexual universalmente perversa da infância.

Diz Freud (1905, p.221): “[...] a pulsão sexual da criança comprova ser de fato perverso-polimorfa, comprovamos ainda que tal atividade sexual prematura prejudica a educabilidade da criança”.

Deste modo, tornou-se necessária na psicanálise de crianças uma ampliação do conceito de sexualidade. A medida que as crianças passam a surgir enquanto um sujeito na sociedade, a psicanálise também modifica seu lugar. Elas deixam de ser objetos, ou indivíduos que não são responsáveis por suas atitudes, seres inocentes cujo comportamento não teria consequências.

Em 1909 Freud retoma com a análise do pequeno Hans os estudos sobre a histeria na infância. Com o caso do Homem dos Lobos ele fixa muito precocemente a predisposição do paciente à enfermidade que o acometerá mais tarde. Neste texto, Freud trabalha ainda um estágio de organização oral infantil, o que vai além de se pensar a pulsão, ele isola o papel do pai.

Podemos pensar que a análise de crianças não é tanto obter as distintas organizações pulsionais sucessivas da criança e sim, muito mais, obter as distintas versões do que foi a criança como objeto na relação com a mãe e pelas distintas etapas não tanto do desenvolvimento, mas dos distintos enfoques dos objetos na vida do sujeito. (LAURENT, 2011, p.30)

De acordo com Lacan (2003, p.369), em seu texto *Notas sobre a criança* escrito em 1969:

A função de resíduo exercida (e ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo.

Deste desejo resultam as funções da mãe e do pai, na medida em que seus cuidados marcam aquele indivíduo, nem que seja por suas falhas.

Sauret (1998) acrescenta ainda que os filhos podem surgir independentemente de se ter uma família ou não, mas para que o sujeito possa advir, a família se torna necessária. Esta transmissão implica a relação com um desejo, que não será anônimo.

Portanto, é preciso de um investimento fálico, de um Outro primordial que irá atribuir a esta criança um lugar e uma significação, e poderá então se tornar alguma coisa para alguém, ou seja, se tornará um sujeito.

Inicialmente, a mãe ocupará esta posição de um Outro primordial, contudo, tal relação é atravessada pela função paterna, que incide sobre o desejo materno, determinando as condições de possibilidade do sujeito se constituir. De acordo com Miller (1997a), a função paterna é mediar de um lado o desejo anônimo do discurso universal, as exigências abstratas da ordem e de outro lado, a decorrência para a criança do desejo da mãe.

Então, o sujeito irá se estruturar a partir de um saber suposto ao pai, substituindo a operação anterior de alienação ao Outro primordial. Dessa maneira, a metáfora infantil aparecerá como uma consequência da metáfora paterna. Por ela, surge uma ameaça do desejo do lado da mulher, ao mesmo tempo que fixa o sujeito a uma identificação fálica, a tal ponto, que o desejo do neurótico se torna o desejo de ser o falo. (VOCARO, 2005)

Assim, numa relação dual com a mãe, ao mesmo tempo em que a criança a recebe como imediatamente acessível e preenchendo a mãe, ela também a divide. E consequências clínicas irão aparecer de acordo como tal processo se efetua. O sintoma surge então na criança, a partir da relação dual desta com a mãe ou ainda a partir do par familiar (pai/mãe).

E é neste sentido que o sintoma da criança, de acordo com Lacan (2003), tem condição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar, ele representaria a verdade daquela estrutura familiar.

No entanto, se Lacan afirma que o sintoma aparece como uma resposta à verdade do casal, ao mesmo tempo em que ele coloca a criança como um sujeito, ela também se torna responsável por seu sintoma, uma vez que seus sintomas a constituem como sujeito de sua própria palavra. Eis aí uma das peculiaridades da análise com crianças.

De acordo com Borges (2005), o sintoma aparece muitas vezes como uma solução àquilo que não se consegue falar, e necessita ser decifrado. Sendo, pois, um possível caminho encontrado pelo sujeito para solucionar sua questão.

Neste momento em que a criança ou o jovem estão em sofrimento, a psicanálise pode receber o sofrimento e a palavras destes, seja através da escuta, ou mesmo por meio

da “imposição” de limites e normas eficazes, flexíveis e necessárias para acalmá-los, o que permite substituir ações destruidoras e indiscriminadas por um possível lugar de se colocar na sociedade. Utilizar-se da psicanálise para dar lugar à angústia e ao sofrimento das crianças é deslocar-se de um processo de orientação, recomendação, enquadramento, que ultrapassa os laudos e os psicodiagnósticos. (SANTOS, 2001)

Lacadée (2014) aponta para as mudanças no lugar do Outro parental no século XXI, onde os objetos de gozo são cada vez mais diversos e acessíveis tornando-se novas bússolas às crianças desbussoladas, sem identificação.

Isso porque as mudanças que ocorrem na sociedade provocam nos indivíduos fragmentações, modificações nas relações com os outros e com os objetos. E os sujeitos, então, são pressionados a se desprenderem da ordem e da identidade, sendo caracterizados por Miller (2005) como desbussolados, já que com o abalo da moral civilizada que inibia os indivíduos, a contemporaneidade, coloca o objeto *a* como dominante no discurso da civilização.

Diz Miller (2005, p.10) “De um lado, o mais-de-gozar comanda, o sujeito trabalha, as identificações caem substituídas pela avaliação homogênea das capacidades, enquanto o saber se ativa em mentir assim como em progredir, sem dúvida”.

A cultura atual, dessa forma, desloca a demanda de saber ao gozo. Desse modo, desemboca em um gozo ilimitado, infinito. Nesse contexto, os indivíduos passam a ser “socialmente formados” para procurar cada vez mais prazer, mais felicidade, e ainda assim, nunca há satisfação, e as sensações só vão sendo acumuladas.

Segundo Gilles Lipovetsky (2004, p.31):

Chegamos ao momento em que a comercialização dos modos de vida não mais encontra resistências estruturais, culturais nem ideológicas; e em que as esferas da vida social e individual se reorganizam em função da lógica do consumo.

Pode-se pensar então, que a época atual é cercada por imperativos de gozo. Esse excesso de gozo e de consumo marcados pelo capitalismo não passam de uma tentativa vã de dar sentido à falta de sentido, “[...] instala-se a era do vazio, mas ‘sem tragédia e sem apocalipse’”. (LIPOVETISK, 2004, p.23)

Se por um lado há uma possibilidade de liberdade sem restrições, e uma certeza de felicidade, por outro lado essa permissividade irrestrita provoca também um incomodo, gera-se angústia, sofrimento e até mesmo adoecimento.

Diante disto, é possível notar também um declínio da referência paterna e dos ideais que ligavam o sujeito a seu ideal do eu. Por vezes falta um direcionamento por esta via, predominando-se, assim, uma via de valores que remetem diretamente ao gozo, ou a valores narcisistas. “A lei articulada aos ideais foi substituída por uma lei fora da Lei articulada unicamente ao gozo. Trata-se de uma sociedade na qual é cada um por si, em que não existe convergência identificatória na figura de alguém excepcional”. (JIMENEZ, 2004, p.4)

É numa tentativa de recuperar o gozo perdido, que muitas vezes a criança fica aprisionada aos gadgets modernos. Vê-se, por exemplo, crianças muito pequenas que só comem se tiverem vendo um vídeo no tablet, jogando em celulares, e que mal acabaram de nascer, mas já tem seu próprio perfil nas redes sociais.

Contudo, Lacadeé (2014), aponta que ao contrário de ter o gozo, é o objeto que goza da criança moderna. Surge, assim, um estilo de vida onde o gozo prevalece em detrimento do sintoma como formação do inconsciente.

Diante deste gozo, cabe ao analista enviar o sujeito à sua particularidade. A psicanálise destrói a crença na solução universal, dando lugar à solução de cada um. De acordo com Miller (2012, p.9):

A criança entra no discurso analítico como um ser de saber e não somente como um ser de gozo. Seu saber é respeitado como aquele de um sujeito em pleno exercício pois ela é sujeito em pleno exercício e não 'sujeito a vir', como ela é aos olhos da pedagogia; é um saber respeitado em sua conexão ao gozo que o envelope, que o anima e do qual podemos mesmo dizer, que o gozo se confunde com ele.

Trata-se, pois, em análise, de elucubrar um saber que possa servir à criança, um saber ao alcance dela. É, portanto, um convite a falar, e a possibilidade de emergência de uma potência inventiva e subversiva vinda do mais singular de cada um. Essa nova geração, porta um saber capaz de inventar sua própria bússola, sua saída aos impasses que vivenciam, por meio do seu modo singular de traduzir o que têm de mais íntimo. (BRISSET, 2013)

Miller (2012) ainda acrescenta, que no tratamento com a criança há a possibilidade de intervir antes que os efeitos do sintoma tenham sido estabilizados, e mesmo que isso tenha acontecido, é ainda possível orientar o ciclo do sintoma, para que o sujeito encontre sua ordem e segurança.

A psicanálise, assim, não é como a medicina, a ciência ou a psicologia, que criam diagnósticos, causas e rótulos. Ao contrário, ela aponta para os traços subjetivos do sintoma, responsabiliza o sujeito, e a partir disto, ele tem a possibilidade de orientar-se no que causa sua vida. Dessa maneira, a psicanálise intensifica a singularidade de cada um.

Este gozo, este sintoma, este sofrimento, este não saber do que se fala, eis o que há de um único em cada caso. Com isso, o psicanalista considera que o sujeito pode assumir alguma coisa, e o que a psicanálise oferece ao sujeito, frente à sua verdade, a qual sofre, é a decisão do saber e a sua possível tradução. (LACADÉE, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise pensa a criança como um ser ativo, que desde cedo faz escolhas de gozo que irão orientar sua existência, e ainda, com necessidades e demandas específicas para este período. (BORGES, 2005)

Desde muito cedo a criança é capaz de se posicionar e de explicitar seu desejo diante do mundo e do Outro, um exemplo, é a recusa ao seio que pode aparecer já no início da vida da criança. No entanto, mesmo com as mudanças que já aconteceram ao longo dos anos, e diante das transformações tanto no âmbito das famílias como no das sociedades, na maior parte das vezes não é dado à criança este lugar de escolha e responsabilidade.

No momento em que a criança vai para a creche, ela começa a traçar os alicerces fundamentais de sua estruturação como sujeito. Neste período ela aprende a se locomover, a falar, a organizar suas expressões e desejos e fundamentalmente a resolver questões próprias e estruturantes sobre sua origem, que inclui a própria noção do eu e também questões sobre sua identidade. Depois da família, a escola é o primeiro

campo de socialização da criança, pois neste ambiente onde é possível aprender a ler, escrever, calcular, entre outras questões, a criança aprende também a fazer com que o seu gozo entre num campo simbólico. (BORGES, 2005)

E diante de tantas possibilidades, até mesmo os próprios pais têm dificuldade em entender as especificidades e capacidades da criança. Por vezes irão tomar outro caminho, seja cobrando em excesso ou satisfazendo todas as demandas dos filhos, sempre seguindo um modelo universalmente aceito, sem dar espaço à particularidade da criança, como se esta fosse incapaz de escolhas. (DRUMMOND, 2015)

O mundo atual estabelece modelos ideais de comportamento, e é muito pautado em padronizações. Os pais devem trabalhar muito, cuidar da saúde, ser bem-sucedido, devem colocar o filho em uma escola com horário integral que possibilite aulas das mais diversas, a fim de ampliar todo o conhecimento dele. Dessa maneira, passam pouquíssimo tempo um com o outro, mal conversam, mal se conhecem e é neste momento, que surge a tentativa de suprir todas as demandas dos filhos.

A época atual é incerta quanto ao real. Ela nega o real para admitir signos, semblantes. Há uma tendência a se isolar os adolescentes, por exemplo, numa cultura própria a eles, cultura essa suscetível à moda, ao entusiasmo e às tendências. Deste modo, ocorre um distanciamento dos adultos com relação a eles, e uma tendência à padronização, como se todos fossem iguais. Diante de tantas possibilidades de objetos, o objeto atual é customizado, múltiplo e permite aos adolescentes ficarem numa indecisão infinita. (MILLER, 2015)

Dessa forma, não é mais necessário buscar o saber no campo do Outro. O discurso da ciência é tal, que com ele é possível manipulação de procriação e transmissão do saber via os gadgets de comunicação que dispensam a voz do pai. Há um grande enfraquecimento do pai. (MILLER, 2015)

Contudo, nem as ficções jurídicas, nem as ficções científicas poderão dar conta do ponto de real que constitui a origem subjetiva de cada um: “[...] a má formação do desejo do qual ele provém”. (LAURENT, 2011, p.32)

Isso se refere ao fracasso entre os desejos que lançam a criança no mundo, trata-se do fracasso do encontro entre os sexos e do desejo da criança.

Lacan irá se utilizar do termo *Sinthoma*, para se referir ao que há de mais singular em cada indivíduo. De acordo com Miller (2011, p.88):

O singular, *como tal*, não parece com nada: ele ex-siste à semelhança, ou seja, ele está fora do que é comum. A linguagem, por sua vez, diz apenas o que é comum, exceto o nome próprio – sem que o próprio do nome seja uma garantia de singularidade.

Tal questão é um tormento para a clínica que lida a todo o momento com o diagnóstico. Este por sua vez, retira qualquer possibilidade de singularidade. Como a psicanálise pode lidar com este paradoxo? Ao mesmo tempo em que precisa se atentar para o que é próprio de cada um, os diagnósticos comparecem até mesmo sem serem convidados. Hoje em dia os próprios pacientes, a partir de uma rápida pesquisa na internet já são capazes de trazer toda a sua indicação clínica e até mesmo uma sugestão de tratamento.

No entanto, Miller (2011, p.89) aponta o *antidiagnóstico* como o ponto de vista mais importante que deve prevalecer na psicanálise, “O diagnóstico virá por acréscimo”.

O psicanalista aparece, então, numa tentativa de abrandar a dimensão sintomática deste sujeito, uma vez que é através de uma escuta que tanto a família como a criança poderão dizer sobre o que acontece, o mal-estar, o incômodo.

Dessa forma, a análise com as crianças apresenta a possibilidade de ir além do sintoma que a mortifica, possibilitando ao sujeito uma mudança de posição subjetiva diante do discurso familiar, e uma mudança de postura e comportamento.

Analisar a criança é poder, com ela, extrair a história do que foi sua relação em dois planos: “[...] o plano da relação com a significação fálica e o da criança como objeto da fantasia da mãe”. (LAURENT, 2011, p.32)

Isso significa que a história da criança se constitui a partir da relação que ela teve com seu pai, sua mãe, ou outros membros da família que de alguma forma ocuparam este lugar de desejo e investimento – ou não – para esta criança que surgiu.

Existe, porém, um limite. A criança não conseguirá desvendar e decifrar todo o desejo do qual ela provém. Mas, a psicanálise permite pensar o uso que as crianças fazem dos projetos que estão sendo confrontadas. Diante das novas estruturações familiares, como a criança ordena as coordenadas de seu gozo entre seu vínculo com a mãe e a significação fálica? (LAURENT, 2011)

Laurent (2011, p.38) dirá ainda que a posição do psicanalista é “[...] proteger a criança dos delírios familiares, proteger as crianças dos ‘laços familiares’, de suas novas formas, das paixões que os habitam, do infanticídio secreto que é o desejo de morte escondido sob o laço familiar”.

Quando a criança aparece ocorre uma grande fragmentação no círculo familiar, uma vez que as expectativas e desejos geralmente se diferem do real.

Desse modo, fica evidente que o sujeito não se constitui sozinho e mesmo antes dele nascer, já é permeado pelos aspectos culturais, sociais, familiares, e pelo desejo de seus pais. Como os encontros têm também suas falhas e seus fracassos, de uma maneira ou de outra isto afetará a criança.

A partir dessa constituição subjetiva pode surgir alguns sintomas. Neste sentido, o sintoma da criança pode sim ocupar o lugar de representante da verdade da estrutura familiar. No entanto, ao contrário de outras práticas clínicas a psicanálise não se contenta em pensar a criança apenas como um efeito da relação familiar. Se assim fosse, não caberia análise a elas, já que os responsáveis seriam sempre seus pais.

Freud quando introduz o inconsciente também nas crianças já coloca nelas uma implicação em seu tratamento. Seguindo a mesma linha, Lacan, subverte o conceito de sujeito, e sendo a criança também um sujeito ela torna-se responsável pelo o que fazer com aquilo que a determina.

Portanto, não é possível se pensar numa criança como um indivíduo puro, que não tem consciência de nada, e que não pode ser responsabilizada por nada. À maneira delas, e na forma de compreender delas, dar este lugar de responsabilidade no tratamento é também dar um espaço de voz e de escuta ao clamor muitas vezes silencioso de seus sintomas.

Laurent (2011, p.43) aponta que:

Nossa posição é a de manter a prática da análise com as crianças, colocando-nos no bom lugar, frente a este contexto global. Se soubermos fazê-lo, então não há dúvida – e verifica-se nos resultados da análise com as crianças de hoje –, não há dúvida de que com o apoio das crianças, podemos seguir nossa orientação no discurso.

A participação e a implicação da criança em seu tratamento são fundamentais à psicanálise, e os efeitos disto serão notados.

Muitos pensam na criança a partir de seu desenvolvimento cronológico, que por ser muito jovem, por não estar totalmente desenvolvido, não seria capaz, não seria um sujeito de desejos e decisões. A orientação da psicanálise vai na direção de permitir à criança reconhecer que nunca foi inocente, para que assim, o sujeito possa advir.

Dessa forma, a psicanálise objetiva a criança ao invés de simplesmente toma-la por objeto. De acordo com Sauret (1998, p.32) “[...] o que deve ser visado na análise: operar o mínimo de subtração de gozo que condiciona o advento do sujeito[...]”.

A psicanálise, portanto, acentua o advento do sujeito ao tomar a criança como um ser que também tem responsabilidade por seu sintoma. Isso porque o sintoma aparece como uma resposta do sujeito ao traumático do real. Diante disto, a pretensão do psicanalista não é prevenir o sujeito, muito menos escutá-lo com o intuito de fixar o sujeito na cena traumática, mas sim, buscar o tratamento do traumático pela palavra, fazendo com que o sujeito se responsabilize e ainda buscar soluções sintomáticas para o encontro do traumático. (DRUMOND, 2004)

Desde a sua vinda ao mundo a criança ocupa uma posição como objeto da fantasia materna, indicando assim, que ela é acolhida por um desejo que inclui morte e vida e que já traz a marca de um mal-entendido fundamental, dado pelo desencontro entre os sexos e o desejo da criança. Neste sentido, para não sucumbir, a criança já trabalha para garantir seu espaço e seu lugar, que varia de acordo com as estruturas clínicas e pela forma que se revela a verdade deste objeto que a criança faz aparecer no real. (BARROS, 2004)

O encontro com o psicanalista permite à criança não ficar aprisionado aos efeitos desta fantasia materna e/ou familiar que perpetuaria o traumatismo, permitindo assim uma invenção.

De acordo com Barros (2004, p.48):

É preciso que o analista tenha a docilidade necessária para seguir o sujeito no trabalho que ele faz e, por outro lado, que esteja disponível ao imprevisto, não caindo na armadilha de transformar a experiência traumática na causa de todos os males que fixa o sujeito em um determinismo absoluto. Nesta perspectiva, se perde de vista a causa como corte, ruptura, que articula a experiência traumática, não com um destino implacável, mas sim ao real como impossível.

Portanto, com este trabalho foi possível demonstrar o papel fundamental que a psicanálise ocupa para o tratamento das crianças. A clínica psicanalítica vai além de apenas culpar e responsabilizar os pais pelos sintomas de seus filhos. Ela dá um lugar de fato às crianças, um lugar de escuta, de responsabilidade, de desejos e de decisões, que tornam a participação da criança fundamental para a efetivação do tratamento. Além disso, a psicanálise dá lugar também a reinvenção diante do sofrimento e da história que cada um carrega, e com isto, não existe a menor possibilidade de padronização, cada sujeito comporta suas próprias singularidades e terão que se a ver com elas.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1981.
- BARROS, M.R.C.R. Duas modalidades de tratamento do gozo traumático. In: **Opção lacaniana**, São Paulo: Edições Eolia, n.39, maio de 2004.
- BORGES, S. A escola como parceiro-sintoma. **Revista da faculdade de educação da UFG**, Goiás, set. 2005. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=interacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1315&path%5B%5D=1358>>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- BRISSET, F. O. Crianças falam! E têm o que dizer. **Cien Digital**, Belo Horizonte, n.15. nov. 2013. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/n15/apresentacao3.html>>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- BROUSSE, M.H. A fórmula do fantasma? In: MILLER, G. (Org.) **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p.78-91.
- COHEN, R.H.P. **A lógica do fracasso escolar: psicanálise & educação**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.
- COTTET, S. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER, G. (Org.) **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 11-23.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1986
- DRUMOND, C. Os usos do sintoma na direção do tratamento analítico com crianças. In: **Opção lacaniana**, São Paulo: Edições Eolia, n.39, maio 2004. p.42-46.
- _____. Ser mãe hoje e o consumo da criança. **Cien digital**, Belo Horizonte, n. 18, ago. 2015. Disponível em: < <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/n18/entrevista.html> > Acesso em: 05 de mar. 2016.
- FREUD, S. Artigos sobre hipnotismo e sugestão (1888-1892). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. I.
- _____. A interpretação dos sonhos (1900). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IV.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. VII.
- _____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. (1909). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. X.
- _____. Algumas reflexões sobre a psicologia do Escolar (1914). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIII.
- _____. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922). Rio de Janeiro: Imago, 2006. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XVIII.
- JIMENEZ, Stella. Política do medo. **Latusa digital**. Rio de Janeiro, n.9, set 2004. Disponível em < http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_9_a3.pdf > Acesso em: 05 mar. 2016.
- JURANVILLE, A. **Lacan e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- LACADEÉ, P. A bússola do sim e do não. **Cien digital**, Belo Horizonte, n.16. mai. 2014. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/n16/hifen.html>>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- _____. O que há de único em cada sujeito. In: **Opção Lacaniana**. São Paulo: Edições Eolia, n.51, 2008.
- LACAN, J. Nota sobre a criança (1969). In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 369-370.
- _____. Posição do inconsciente (1960-64). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p.843-864.
- _____. **O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. 2.ed.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.

_____. **O Seminário livro XVI: De um Outro ao outro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **O Seminário livro XX: Mais, ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo:** ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LAURENT, E. Alienação e Separação I. In:FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. p.31-41.

_____. Alienação e Separação II. In:FELDSTEIN, R.; FINK, B.;

JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. p.42-51.

_____. **Loucuras, sintomas e fantasias na vida cotidiana.** Belo Horizonte: Sciptum Livros, 2011.

LIPOVETSKY G., CHARLES S. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004

MILLER, J.A. A criança e o saber. **Cien digital**, Belo Horizonte, n.11. jan. 2012. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/arquivo3.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. **A criança entre a mulher e a mãe.** Opção Lacaniana, São Paulo: Edições Eolia, n.21, 1997a.

_____. Contexto e conceitos. In:FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. p.15-30.

_____. Em direção à adolescência. **Minas com Lacan**, Belo Horizonte, jun. 2015 Disponível em: < <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/>>. Acesso em 05 mar. 2016.

_____. **Los signos del goce:** Los cursos psicoanalíticos de Jacques- Alain Miller. Buenos Aires: Paidós, 1998.

_____. **Perspectivas dos Escritos e outros escritos de Lacan:** entre o desejo e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Uma leitura do Seminário, livro 16: de Um Outro ao outro.** Opção Lacaniana 48, 2007.

_____. Uma fantasia. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo: Edições Eolia, nº42, janeiro 2005.

PATTO, M.H.S. **Para** uma crítica da razão psicométrica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100004>. Acesso em: 23 dez. 2015.

SANTOS, L.A.R. Psicologia escolar e psicanálise: saberes antagônicos ou intersecção ainda pouco explorada? **COLÓQUIO DO LEPSI IP/FE-USP**, 3., São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300035&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 05 mar. 2016.

SAURET, J.M. **O infantil e a estrutura.** São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

SOLER, C. O sujeito e o Outro I. In:FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. p.52-57.

_____. O sujeito e o Outro II. In:FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. p.58-67.

_____. Uma terapêutica como não há outra. In: MILLER, G. (Org.) **Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 102-112.

VORCARO, A. **Crianças na psicanálise:** clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.